



**3º Encontro Internacional de Política Social**  
**10º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios  
da política social”  
Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

---

**Eixo: Questão Agrária, Urbana e Ambiental.**

**Resistência camponesa *versus* estado frente aos desafios do capitalismo contemporâneo<sup>1</sup>**

**Mailiz Garibotti Lusa<sup>2</sup>**

**Resumo:** Os modos de vida e de trabalho camponês são tratados como fontes de demandas para as políticas sociais e, ao mesmo tempo, de resistência à exploração, numa abordagem que problematiza o papel do Estado no capitalismo contemporâneo. A análise contextualiza-se no semiárido alagoano, visando apontar o *animus* capitalista de dominação. São abordados os modos de vida e de trabalho camponeses, a fim de identificar neles as formas de resistência, que ganham significado de lutas sociais críticas à ordem do capital. Nesta conjuntura, tais expressões significam a produção e reprodução de outra sociabilidade oposta àquela capitalista.

**Palavras-chave:** Estado. Políticas sociais. Camponeses. Modo de vida. Resistência.

**Abstract:** The ways of life and labor of the peasant are treated as sources of demand for the social policies and at the same time, resistance to exploitation, on an approach that questions the state's role in contemporary capitalism. The analysis contextualizes in Alagoas semiarid region, aiming to identify the capitalist *animus* of domination. Ways of living and working peasants are discussed so as to identify their forms of resistance, which acquire meaning from social struggles critical to the order of capital. At this juncture, such expressions mean the production and reproduction of an opposite to that capitalist sociability.

**Keywords:** State. Social policies. Peasants. Ways of live. Resistance.

---

<sup>1</sup> A autora expressa concordância com a divulgação deste trabalho.

<sup>2</sup> Professora Adjunto II do Departamento e Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Coordenando o Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social. Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi docente da Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2010 e 2014, tendo produzido pesquisas no contexto do semiárido alagoano, na área do Serviço Social.

# 1 PRESSUPOSTOS INICIAIS PARA O DEBATE: O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A crise do capital atinge milhões de trabalhadores, expressando-se em suas diferentes dimensões. A principal delas, a econômica, determina – ao mesmo tempo em que faz uso – as demais: política, social, cultural, de sustentabilidade do planeta, entre outras. Note-se a crise das instituições políticas, o contexto midiático abusivo de exploração das situações reais de corrupção, a crise ambiental causada pela falta de água e o polêmico racionamento dela na região brasileira que se arroga lugar central na economia brasileira. Trata-se de uma crise estrutural, provocada pelo próprio sócio-metabolismo do capital, que cíclica e periodicamente produz crises e exige novas estratégias para sua superação. Os custos são geralmente transferidos para a classe trabalhadora – distintamente, para aquela com menor nível de formação intelectual e técnica, por consequência, menor poder aquisitivo e menor importância na dinâmica de produção econômica – sem que se visualize sua superação. Neste contexto,

As recentes tentativas de conter os sintomas da crise [...] só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas da destrutividade do sistema capitalista. Pois, o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 29).

A crise mundial instalada nos anos 1970 foi solidificando-se, sendo incrementada pela potencialização da especulação financeira como estratégia de aumento fetichizado do capital, pela internacionalização da produção e do capital, pela queda na taxa de lucros e pelo aumento da concorrência internacional, requisitando a reestruturação produtiva na tentativa de recompor a dinâmica de acumulação do capital, que evidencia falhas, mesmo com o aumento exponencial do consumo globalizado (CHESNAIS, 1998).

O espaço de produção, trabalho e vida camponesa no semiárido nordestino não está fora deste contexto, sofrendo os mesmo rebatimentos, os quais ainda agravam-se pelo descaso político, pelo tradicional mandonismo, pela teimosa concentração de renda, pelas constantes intempéries que se agravam com a desmedida destruição

ambiental. Despido de políticas públicas efetivas, os efeitos da crise desafiam tais trabalhadores à produção e reprodução da vida.

Considerando esta conjuntura, a partir da perspectiva crítica-dialética, são discutidos os modos de vida e de trabalho da classe trabalhadora camponesa, sua relação com a produção econômica, a reprodução social e a presença do Estado através das políticas sociais. O trabalho está organizado em três itens de debate. Primeiramente, trata-se sobre a relação entre capital e Estado, que, articulando interesses políticos e econômicos, utilizam as políticas públicas como instrumentos de contenção dos conflitos e das lutas da classe trabalhadora, expressando objetivamente a aliança estabelecida entre eles. Posteriormente são tratados os elementos econômicos e sociais marcantes na configuração do semiárido; para depois adentrar no resgate dos elementos que caracterizam o modo de vida e de trabalho dos camponeses no semiárido alagoano, caracterizando-os como formas de resistência das populações camponesas da região, frente ao modelo capitalista atual.

## **2 CAPITAL E ESTADO: POLÍTICAS PÚBLICAS COMO EXPRESSÃO OBJETIVA DESTA ALIANÇA**

O Estado “[...] emerge das lutas sociais e políticas, como *locus* institucional da gestão e regulação da vida em sociedade”, cabendo-lhe “administrar tanto o interesse do soberano (*res principis*), quanto aquele público (*res pública*)”. Na modernidade “[...] o Estado é a ordem jurídica e política que regula um sistema de dominação: do homem pelo homem, segundo Weber; de uma classe social por outra, segundo Marx e Engels” (SILVA, 1999, p. 57).

Partindo das concepções clássicas e chegando a realidade factual do cotidiano capitalista, o soberano passa a ser o capital e o Estado torna-se palco para os gerenciamentos da burguesia, que explicitamente privilegia seus interesses de classe. Capitalistas aliam-se ao Estado na defesa do poder econômico, que se institui, inclusive, pelas vias do jogo político, onde apenas servem os atores que favorecem esta dominação, não importando o conseqüente acirramento da questão social. A luta de classes é obscurecida pela manipulação ideológica, que unifica a ‘massa’ dos desiguais, numa luta cega contra a corrupção e ‘as crises’, reacionando o conservadorismo.

Na contracorrente da onda midiática reacionária burguesa, de cunho neoliberal e conservador, reconhece-se o papel do Estado nesta sociedade a partir da crítica marxista. Em aliança franca com a burguesia, na defesa de seus interesses, o Estado não responde efetivamente àqueles da classe trabalhadora, mesmo que esta tenha pressionado o Estado a partir de suas lutas. Assim, quando do acirramento das disputas, o Estado apresenta-se para gerenciar a crise, tendo por estratégia o reconhecimento ou a retirada dos direitos – dos trabalhadores – e sua concretização em políticas públicas.

Foi isto que ocorreu a partir de fins do século XIX, quando, num contexto de crise, o coletivo de trabalhadores extremamente alijados de autonomia e liberdade aprimorou sua organização e pressionou o Estado e a sociedade para a conquista de direitos (PEREIRA, 2009). Com o surgimento dos sindicatos e a crescente participação política da classe trabalhadora, ocorre a ampliação das funções estatais e o surgimento das políticas sociais em seu desenho contemporâneo – em cada época e conjuntura, as políticas públicas caracterizaram diferentes tipos de Estado, sempre cumprindo a função de regulação social, política, econômica e cultural da sociedade.

Para os objetivos deste trabalho, interessa ressaltar que a crise estrutural capitalista – gerada desde os anos 1970 e tornada visível mundialmente a partir 2008 e no cenário brasileiro a partir de 2014 –, evidencia-se o esgotamento do capitalismo e da política de gerenciamento do Estado. Ameaçado, o capital volta a assediar o Estado, condenando-o em suas formas organizativas e ao mesmo tempo atribuindo-lhe o gerenciamento da crise econômica, sem abrir mão da sua liberdade produtiva e de mercado. A estratégia é recompor alguns receituários, mesclando parte do (neo) liberalismo com boa dose de (neo) desenvolvimentismo. O Brasil, mesmo tentando sustentar os índices econômicos, entra em crise. A nova estratégia de desenvolvimento, diversa daquela dos 1950 e 1960, opera a “[...] maior abertura do comércio internacional; maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica” (CASTELO, 2012, p. 624). O desenvolvimentismo se recoloca numa nova roupagem, dizendo-se sustentável. A crise política torna-se mais um elemento a ser superado pelo próprio Estado, através da reforma política e eleitoral.

Em termos de políticas sociais, o novo ideário abertamente defende intencionalidades nefastas: a residualidade de alguns tipos de atendimento, combinada com medidas de aceleração do consumo e com pesados investimentos na subvenção pública da produção. Num Estado democrático, a aliança entre Estado e burguesia

evidencia-se na ampliação dos investimentos sociais, focalizados na transferência de renda para ‘os trabalhadores que vivem na miséria’ – tornados consumidores –, enquanto as demais políticas sociais são erodidas, assistencializando-se o atendimento.

Tal é o quadro do Estado e da sociedade no capitalismo contemporâneo. Nele acirra-se a manipulação midiática, que desemboca num reacionário conservadorismo, no aumento da pobreza, da exclusão e das desigualdades e exploração de classe.

### **3. CAMPESINATO E SEMIÁRIDO ALAGOANO: INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS**

A região foco de reflexão é o semiárido alagoano, que possui duas mesorregiões: o agreste e o sertão. Na primeira residem aproximadamente 21% da população estadual, num território em que estão presentes as pequenas propriedades do tipo familiar, que produzem frutas, hortaliças, milho, feijão, macaxeira, inhame, palma, fumo, entre outras distintas culturas. O Sertão – maior em tamanho – abriga o menor contingente populacional do estado, 14%, e abriga a principal bacia leiteira (especificamente na microrregião de Batalha) (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011), o que denota a histórica presença da pecuária como atividade econômica principal. Em decorrência deste interesse econômico, há no sertão tanto a pequena propriedade do tipo familiar, quanto as médias e as grandes propriedades pecuárias. A diversidade de culturas deve-se a agricultura familiar, que produz durante o inverno o milho, as variedades de feijão, a fava, o sorgo, a palma entre outras, e durante todo ano frutas sazonais.

Para entender o semiárido alagoano é necessário inseri-lo no contexto da economia do estado, na qual a agropecuária é o setor com maior destaque, que, no entanto, nos últimos anos tem apresentado uma queda real na geração de riqueza. Em grande medida, isso é reflexo da estrutura fundiária, na qual 5% das unidades produtivas detêm 82% das terras, resultando na concentração fundiária (CARVALHO, 2007).

Apesar da forte marca e presença da monocultura e agroindústria da cana de açúcar (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011), a agropecuária é o setor que mantém o maior índice de ocupações, com 68%, em contraposição aos 15% na indústria, 10% no comércio e 7% em serviços não financeiros. No que tange o aspecto social de Alagoas, 62% são considerados pobres e um percentual acima de 50% é atendido por programas sociais, especialmente o Programa Bolsa Família (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011). Estes

traços unem 'campo' e 'cidade', indicando a forte presença – ou interferência – da realidade rural e da pobreza, pois em mais da metade do total dos municípios predomina a população camponesa, que por sua vez vive em situação de pobreza ou miséria.

Isto significa que o Estado cria e recria uma economia de circulação de riquezas, ou ainda de consumo, com base no 'não emprego', mas sim nos benefícios sociais (CARVALHO, 2007). Mas, atenção: tais políticas sociais focalizadas e residuais não podem ser consideradas um investimento estrutural, já que em nada mudam a realidade. Assim, por um lado, atenua-se a miséria e a pobreza, sem erradicá-las, e por outro se mantêm a insegurança da economia alagoana, proveniente da concentração produtiva de terra e de poder econômico e político. Ao ter na esfera dos benefícios sociais o fator elementar para a circulação comercial/financeira de riquezas, o Estado fragiliza a sua economia, ao manter fragilizada a reprodução social da maioria absoluta das famílias.

O rural alagoano é o lugar onde esse perfil se evidencia. Historicamente tais concentrações marcam o campo, determinando-lhe o modo de vida e de trabalho da maioria da população do estado. E, numa situação de pobreza e miséria conforme apontado, a subordinação crescente ao capital e às elites alagoanas torna-se fato corriqueiro, incorporado ao cotidiano e quase transformado em traço cultural da classe trabalhadora do campo.

Apesar disso, o rural alagoano é considerado como um dos mais importantes setores no que tange a geração de emprego (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011), em contraposição aos setores de produção industrial e de comércio, sendo que especialmente no semiárido a economia e, conseqüentemente as relações sociais, desenvolvem-se majoritariamente a partir do espaço rural, seja ele agrícola, pecuário, pesqueiro e/ou agroindustrial. Considerada uma área periférica, devido aos poucos investimentos públicos estruturais, situam-se nesta grande região os "maiores índices de pobreza e desigualdade social, menores índices de renda per capita e do PIB per capita, os baixos índices de desenvolvimento na saúde e na educação [...]" (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011, p. 118), gerando graves problemas, situação esta recentemente confirmada (SILVA, Manuelle, 2014; MEDEIROS, 2014).

Por isto, é necessário atenção quanto à atuação do Estado. É verdade que ele deliberadamente não atua no semiárido com a agricultura camponesa, ou no âmbito das expressões da questão agrária, entretanto, isto não quer dizer que ele não direcione políticas públicas para o rural alagoano. Isto porque,

A presença do Estado é absoluta. A reserva de mercado e a compra da safra [canavieira] garantiam a própria produção. A fixação de preços de cana, álcool e açúcar garante a margem de lucro. A concessão de subsídios, especialmente na sua forma creditícia, viabiliza a produção por meio do mecanismo da equalização de custos [...] (CARVALHO, 2009, p. 23).

Assim, note-se que o Estado atua diretamente com políticas de estruturação do setor canavieiro (LIMA, 2013) e com políticas sociais residuais, de 'amenização' dos efeitos da pobreza, nos setores da produção camponesa, especialmente, dos sujeitos que não detêm propriedade da terra. Se para a agricultura familiar camponesa as políticas (econômicas) agrícolas são parcas e residuais, para os sujeitos sem propriedade a situação é ainda pior, pois elas existem apenas no formato de uma política de reforma agrária geralmente inacessível e, quando acessível, insuficiente, autoritária e residual.

Reconhece-se que esse tipo de modo de vida e de trabalho camponês gera riquezas fundamentais, trabalho, alimentos, cultura e sociabilidade. Logo, de alguma forma, o rural camponês, mesmo sendo pauperizado e explorado no conjunto da sociabilidade capitalista, é expressão de um lugar e um tipo de produção que ajudam a não decair ainda mais os indicadores sociais do estado, no que tange à fome, à pobreza e à miséria. Todavia, para o capital isto não basta e nem é importante.

Neste contexto, a luta cotidiana do camponês não é apenas aquela da 'labuta'. A ausência de serviços sociais no campo dificulta, quando não inviabiliza, o seu acesso aos direitos sociais. Estudiosas (DUARTE, 2012; CONCEIÇÃO, 2014; DUARTE, 2014; SILVA, Mayara, 2014) do Serviço Social têm afirmado recentemente que há uma evidente ausência de atendimento de serviços sociais no campo semiárido alagoano, a qual resulta, mas também opera certa invisibilidade das demandas sociais dos camponeses. Isto ocorre porque o Estado e os agentes desta política desconhecem o rural e as particularidades do modo de vida e de trabalho das famílias camponesas. Como efeito, mesmo quando o atendimento se concretiza – frequentemente no espaço urbano – e o agente público entra em contato direto com o indivíduo do campo, permanecem algumas violações, visto que persiste o desconhecimento sobre o campo.

A falta ou insipiência de acesso às políticas de saúde, assistência social, previdência social, habitação, esporte, cultura, lazer entre outras é contundente e preocupante. Há poucas unidades de saúde no espaço rural, da mesma forma pode ser contado nos dedos o número de Centros de Referência de Assistência Social Rurais (CRAS-Rurais). As Agências de Previdência Social são regionalizadas e atendem

exclusivamente no espaço urbano, deslocando-se para o campo para eventuais atendimentos do Programa de Educação Previdenciária (PEP) (CONCEIÇÃO, 2014; SILVA, Mayara, 2014). Começa-se a falar em Programa de Habitação Rural de caráter social, porém têm sido basicamente os camponeses que se deslocam para as cidades para acessar o atendimento. As quadras de esporte e centros de cultura e lazer – os tradicionais centros comunitários – existem em número reduzido e muitos deles se encontram em estado de abandono público.

Neste preocupante contexto social, o mais grave é o precário acesso à educação, pois se pensou a partir de um processo histórico de aquisição de consciência crítica e de construção de consciência de classe, sua precariedade limita a perspectiva de organização política e de lutas sociais, tendo em vista a efetivação dos direitos sociais dos indivíduos camponeses. “Alagoas apresenta os piores índices educacionais do Brasil, o que repercute diretamente no desenvolvimento local, [já que] [...] atualmente, diversas tecnologias produtivas são intensivas em conhecimento [...]” (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011, p. 179), dificultando a operatividade das mesmas. Isto quer dizer que, mesmo que o agricultor do semiárido tiver acesso às tecnologias pela via do financiamento público ou de recursos próprios, encontrará uma série de dificuldades na sua operacionalização.

Resulta disto que frequentemente a solução encontrada pelo camponeses é o deslocamento para os centros urbanos, ou para outros povoados em que exista escola e outros serviços sociais para atender as suas demandas. Mas, aí reside outra dificuldade, qual seja a ausência de políticas públicas de transporte coletivo. Os transportes existentes são, em sua maioria, irregulares, atendendo os moradores do campo com poucos horários e ainda utilizando o transporte tradicional em caminhões e camionetes sem condições de segurança, historicamente conhecidos como paus-de-arara. São nestes transportes que os camponeses e suas famílias se deslocam buscando atendimento de saúde, de educação, de previdência e, inclusive, no âmbito comercial, financeiro e de consumo familiar.

Conforme se observa, a vultuosidade da produção agrícola alagoana e o potencial da agricultura camponesa como fonte geradora de emprego, entre outros fatores econômicos, se contrapõem a realidade social vivida pela classe trabalhadora camponesa no semiárido. De alguma forma, explicita-se a assertiva marxista de que no processo produtivo o lado que gera a riqueza é o mesmo que acumula pobreza. Isto

porque a riqueza por ele produzida é direcionada para longe do seu domínio, chegando às mãos do capitalista, seja ele agroindustrial ou urbano industrial.

E se outra assertiva marxista também se confirmar, é desta dinâmica contraditória do capital que a mudança social pode ser gestada. Possivelmente esta transformação brota do cotidiano de vida e de trabalho, no mundo da produção e reprodução social da vida da classe trabalhadora que, ao resistir, constrói-se diariamente no semiárido.

#### **4. MODO DE VIDA, DE TRABALHO E DE PRODUÇÃO: O GESTAR DA RESISTÊNCIA CAMPONESA**

Para além dos dados econômicos e sociais que projetam a fotografia do semiárido, há a dinamicidade da vida cotidiana que mescla cenas tradicionais de um passado bastante próximo, com as transformações tecnológicas que a modernidade trouxe. Cenas que juntas retratam o modo de vida, de trabalho e de produção, num espaço que tem muito da universalidade brasileira e da particularidade semiárida alagoana, lugar em que se gesta a resistência aos efeitos da crise do capital e do Estado.

Note-se que muitos efeitos da ausência do Estado no que tange as políticas públicas são supridos pela forma de sociabilidade camponesa. Exemplifica-se. Frequentemente a ausência de transporte público é suprida com a carona de um vizinho; a ausência da atenção básica em saúde, com o conhecimento tradicional das benzedadeiras do povoado; a ausência de uma política de assistência técnica e extensão rural habilitada para dialogar com o camponês familiar, com a orientação de um vizinho mais experiente, ou do filho de outro vizinho que conseguiu concluir um curso técnico na área agrícola. Estes e outros exemplos de solidariedade camponesa significam, na verdade, a construção de redes de sociabilidade camponesa, as quais não só fortalecem o exercício da agricultura e a persistência no campo – mesmo diante da pauperização aguçada – como produzem e reproduzem um modo de vida característico de um campo dos camponeses trabalhadores.

Identificando o modo de vida e de trabalho do agricultor camponês no semiárido alagoano, reafirma-se que, assim como noutros rurais brasileiros, também aí a família ocupa lugar central, seja na produção econômica, social, política e cultural da vida. Aí "[...] a unidade camponesa sobrevive graças ao trabalho combinado dos seus membros",

sendo o trabalho da mulher, fator essencial para manutenção da pequena propriedade familiar e dos próprios vínculos familiares (ALBUQUERQUE, 2013, p. 293).

Diferenciando no semiárido os tipos de trabalho desenvolvidos no sertão e no agreste, avalia-se que no primeiro

[...] a maior parte da produção é realizada sem trabalho assalariado e a partir de uma base técnica integrante da cultura popular. No agreste, há a utilização combinada do assalariamento e da força de trabalho familiar, e uma significativa utilização de equipamentos modernos unidos às técnicas tradicionais (LESSA, 2013, p. 314).

A jornada de trabalho do campesinato familiar começa ao nascer do sol, com o café, para ser interrompido apenas por volta das nove ou dez horas, quando é feita a primeira refeição mais substancial. A segunda refeição deste tipo é feita a noite, já em casa, após o encerramento das atividades no roçado (ANDRADE, 2011). A distância do roçado faz com que, muitas vezes, principalmente no inverno produtivo, o camponês saia da sua casa no romper da aurora e retorne com o pôr do sol. Esta e outras questões indicam a presença de condições de trabalho precárias, as quais se configuram como determinantes que o levam a migrar, mesmo que para receber salários baixos, o que por certo não colabora para garantir a sua reprodução social.

Além dessas intensas jornadas de trabalho nos próprios 'chão de casa' e 'roçado', de uma forma cada vez mais frequente, a família camponesa necessita diversificar as atividades produtivas de seus membros, a fim de garantir a reprodução social de todos. É o que se convencionou chamar de pluriatividade<sup>3</sup>.

De uma ou outra forma, a pluriatividade operou sempre em articulação próxima com a policultura, no tocante a agricultura familiar e camponesa. Estas marcas são evidentes no semiárido alagoano, configurando-se como "[...] fator imperativo para a

---

3 Para Andrade (2011, p. 196), mesmo "morando em uma propriedade, o trabalhador [...] divide o seu trabalho entre o roçado próprio e do patrão". Tratando sobre o trabalho externo à sua propriedade - que frequentemente é tão pequena que não permite ao camponês prover a sua reprodução social e de sua família -, Andrade afirma que "o trabalho para o patrão era, às vezes, remunerado em dinheiro, caso em que o morador necessitava pagar renda da terra que cultivava para si em dinheiro ou com parte da produção; outras vezes ele tinha a terra para cultivar sem pagar rendas, mas obrigava-se a dar três dias de serviços gratuitos para o proprietário, estando assim sujeito ao 'cambão'. A gama de relações era muito variável, [sendo que] estas relações persistem em nossos dias. É notório, todavia, que desde o período em que se referia Andrade como a sua 'atualidade' - início dos anos 1960 - até hoje, mudaram parcialmente as relações de trabalho no campo. A legislação trabalhista passou a observar mais o rural brasileiro, a desvendar as formas antigas, feitas novas, de exploração informal do trabalho e a Justiça do Trabalho tornou-se mais acessível ao homem simples do campo, configurado como trabalhador direto ou indireto para o capital. Com isto, algumas destas relações 'informais' de trabalho no campo diminuíram em quantidade, embora não tenham desaparecido totalmente. Inclusive, com o avanço do capitalismo no campo e a modernização das grandes agroindústrias, muitas formas antigas destas relações, como a parceria de meação etc., são repostas oficialmente nos contratos de integração entre camponeses e agroindústrias. Além disto, os trabalhadores por 'empreitada', ou 'alugados' por dia, ainda permanece no cenário das relações de produção no campo. Enfim, a pluriatividade informal dos tempos remotos, tornou-se mais oficializada através de contratos de trabalho ou de integração agrícola, passando a se configurar atualmente como condição fundamental para assegurar a reprodução social da família camponesa.

existência camponesa", implicando, inclusive, [...] na divisão de tarefas e no esforço que desempenharão os que compõem o núcleo familiar". Assim, nos últimos 50 anos a pluriatividade tornou-se um traço quase elementar para a manutenção da agricultura familiar camponesa. O trabalho alugado, ou assalariado na região, ou mesmo a migração sazonal são as formas mais comuns de manifestação da pluriatividade na atualidade, configurando-a, inclusive, como uma das formas de convivência com o semiárido (ALBUQUERQUE, 2013, p. 293).

No campo a vida é geradora de sentidos e significados, que tomam conta das relações sociais e políticas de produção, deixando marcas na cultura e fazendo com que a produção econômica seja muito mais do que 'simples economia financeira de sobrevivência'. Nele "[...] não existe uma separação mecânica entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, ambos estão dialeticamente articulados" (VERÇOZA, 2013, p. 328). Logo, as relações objetivas se mesclam com a produção de identidades, de costumes e valores, de cultura, etc, as quais geram condições objetivas de produção e reprodução social. Pensar esta mediação no tocante a vida rural da agricultura camponesa no semiárido de Alagoas, indica o reconhecimento de que no campo o trabalho, a produção e a reprodução social articulam-se constituindo um modo de vida particular.

Apontando a processualidade desta construção da identidade para o camponês da agricultura familiar, chamam a atenção os diferentes significados do trabalho no campo e como ele imprime identidade ao camponês. Ora,

[...] o trabalho do homem simples é o que constitui o seu modo de vida, a sua sociabilidade. Na racionalidade burguesa, o trabalho é o que produz a mais valia, o lucro, a partir do trabalho não pago. Já para a racionalidade camponesa, o trabalho é a atividade na qual ele se reconhece, é através do trabalho na terra que ele e a família produzem o seu alimento, criam animais, plantam horta no quintal. Também é pela mediação do trabalho que o homem simples estabelece suas relações sociais de vizinhança a partir da ajuda mútua entre os moradores mais próximos, onde um, troca 'ajutório' com os outros socorrendo o vizinho nas atividades de plantio e colheita dos gêneros agrícolas (CANDIDO, 2001)<sup>4</sup>. Nesse sentido, o trabalho do camponês é um trabalho concreto e por isto, ele tem dificuldades de incluir no cálculo do preço do seu produto o valor de sua força de trabalho. É nesse sentido, que a produção camponesa possui uma natureza extremante diversa da produção capitalista (DUARTE, 2014, 48-49).

---

4 A autora faz referência à clássica obra de Antônio Cândido, 'Parceiros do Rio Bonito', originalmente publicada em 1958. A edição referenciada é: CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9 ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

O trabalho, que é fundamento ontológico do ser social e, portanto, condição para a sua existência (LUKÁCS, 1997), é também fonte de identidade social. O camponês da agricultura familiar tem no seu cotidiano de trabalho e de vida, nas suas relações sociais camponesas, a razão de sua identidade. Ora, o trabalho, na perspectiva dialética marxista, tanto é a fonte de identificação, quanto de reprodução social. Isto significa dizer que no rural do semiárido alagoano a esfera produtiva está intrinsecamente ligada às esferas social, política e cultural. As relações de produção são as mesmas relações religiosas e sociais tradicionais. Note-se, por exemplo, que o tempo de colheita é também o tempo das trocas e da solidariedade, tanto de trabalho – os puxirões –, quanto de produtos – a farinha produzida, as frutas colhidas, a carne da rês abatida.

É certo que há transformações que modificam este modo de vida e de trabalho, desde as relações sociais, aos hábitos alimentares e à transmissão dos valores e costumes tradicionais. Todavia, mesmo diante destas mudanças, os modos de vida e de trabalho do camponês são distintos daqueles urbanos. Portanto, a sociabilidade das gentes simples do semiárido alagoano se produz e reproduz neste mundo agrário onde o capitalismo não é um apêndice, mas é elemento central a determinar a vida, numa relação dialética de cooptação e resistência no que tange as relações sociais de produção, o modo de vida e de trabalho da classe trabalhadora rural.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA REFORÇAR ‘AS RESISTÊNCIAS’**

O latifúndio, a monocultura, a escravidão, a violência, as relações de compadrio, as desigualdades sociais crescentes se tornaram marcas indeléveis na conformação atual da sociedade e Estado alagoanos. O semiárido acompanhou este processo, recebendo ainda outras marcas próprias do seu clima e geografia. Tais determinantes não podem ser invisibilizados quando se trata de mobilizar os quadros de resistência à exploração capitalista, principalmente, quando se trata da organização da classe trabalhadora para a transformação societária, aproveitando os tempos de crise estrutural (LUSA, 2013).

As conquistas parciais de direitos dos camponeses representam o fundamento para as lutas ainda necessárias, diante da negação de tantos outros direitos. A ausência do Estado é evidente e motiva as representações da comunidade a denunciarem o abandono, mobilizando-a internamente para se organizar e exigir serviços que

asseguem efetivamente seus direitos. A permanência e reprodução de um modo de vida característico camponês demonstra a possibilidade de construção de outra sociabilidade que não esta que se vive, de exploração do homem pelo homem, tendo em vista a acumulação irracional de riquezas para apenas uma classe social.

A partir disto, entende-se que a reprodução dos modos de vida e de trabalho do camponês representa uma expressão, mesmo que silenciosa, todavia fundamental, das lutas atuais da classe trabalhadora em resistência às estratégias capitalistas.

Ora, “a questão não é ‘se haverá ruptura ou não’, mas por quais meios vão ocorrer”. Então, neste momento urge reforçar tais formas de resistência, para que possam significar efetivamente a contra-hegemonia ao capitalismo, que possibilitará, quem sabe, chegar à transformação societária (MÉSZÁROS, 2011, p. 48).

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, Carlos da Silva, OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no nordeste**. Contribuições ao estudo da questão agrária no nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Cícero Péricles. **A análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

\_\_\_\_\_. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.112, ano 32, p. 613-636, out./dez.2012. (Neo)desenvolvimentismo & Política Social.

CHESNAIS, François. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. In: **Revista Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 7-31, 1998. Disponível em: <[http://revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01\\_01.pdf](http://revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_01.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2012.

CONCEIÇÃO, Patrícia Maria da. **Mulher camponesa, trabalho e previdência**, 2014. 86 f. Monografia (Graduação em Serviço Social)–Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, Maceió, 2014.

DUARTE, Kamilla Alves. **Modo de vida e de trabalho camponês no semiárido**

**alagoano:** identidade e resistência, 2014. 79 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, Maceió, 2014.

DUARTE, Karina Lima. **Entre possibilidades e contradições no espaço rural:** exercício profissional do serviço social no CRAS - Rural de Batingas em Arapiraca, Alagoas. 2012. 84 f. Monografia (Graduação em Serviço Social)–Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, Maceió, 2012.

LESSA, Golbery Luiz. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de, LIMA, Carlos da Silva, OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas:** temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 169-184.

LIMA, Araken Alves de. **Evolução da agroindústria canavieira Alagoana no século XX.** Maceió: EDUFAL, 2013.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Cadernos do NEAM**, São Paulo: Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista, PEPGSS-PUC-SP, n.1, 1997. (Ontologia social, formação profissional e política).

LUSA, Mailiz Garibotti. O rural no semiárido e a formação sócio histórica de Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, Carlos da Silva, OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas:** temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; ROSÁRIO, Francisco José Peixoto (orgs.). **Desenvolvimento em regiões periféricas:** a política dos arranjos produtivos em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2011.

MEDEIROS, Lúcia Caroline. **Pobreza e migração no campo:** efeitos do capitalismo em Alagoas. 2014. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Trad.: Francisco Raul Cornejo [et.al]. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 285-300.

SILVA, Ademir Alves. As relações estado-sociedade e as formas de regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social:** Módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999. p. 55-71.

SILVA, Manuelle Nascimento da. **Capitalismo e questão agrária:** a equação que resulta na pobreza rural em Palmeira dos Índios, 2014. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.

SILVA, Mayara Lustosa. **Identidades rurais no exercício profissional do serviço**

**social:** um olhar para Arapiraca e para o INSS, 2014. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. Por detrás da fuligem dos canaviais há luta de classes. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de, LIMA, Carlos da Silva, OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas:** temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.